

Marta (E) toma posse como ministra da Cultura, no Palácio do Planalto, ao lado do senador Sarney, da presidente Dilma, do vice-presidente Temer e da ministra Gleisi

Marta assume ministério e pede aprovação do vale-cultura

No discurso de posse, senadora licenciada lembra que a pasta da Cultura foi criada em 1985 pelo então presidente José Sarney. 4

ORNAL DO SENADO www.senado.gov.br/jornal Ano XVIII – N° 3.735 – Brasília, sexta-feira, 14 de setembro de 2012

Em semana de esforço concentrado, senadores aprovam 100 projetos 8

Collor faz apelo por moderação aos EUA para evitar escalada da violência 7

CPI da Violência contra a Mulher apura denúncia de estupro coletivo na Paraíba 7

Especialistas querem mais debate sobre órgão de pesquisas oceanográficas 6

Professor de Harvard fala no Interlegis sobre motivação no serviço público 2



Povos do Cerrado pedem política de preservação da região

Em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, debatedores lembraram que grandes rios brasileiros nascem na região do Cerrado e que paisagem é ameaçada por incêndios e pela expansão do agronegócio. 3



Senado e Caixa Econômica fazem convênio sobre planos de saúde

Pelo acordo assinado ontem, o Saúde Caixa vai se responsabilizar por parte da administração do SIS, plano dos servidores do Senado. Segundo direção da Casa, medida melhora serviços e reduz custos. 2

Aumento da oferta de serviços, ampliação da rede fora do DF e racionalização de custos são algumas das vantagens apontadas para os servidores com o acordo assinado ontem

Senado firma convênio de saúde com a Caixa

O SENADO E a Caixa Econômica Federal firmaram ontem convênio na área de saúde. Pelo acordo de mútua cooperação, o Saúde Caixa realizará parte do trabalho operacional e administrativo do Sistema Integrado de Saúde (SIS), plano dos servidores da Casa. A gestão do fundo de reserva e do orçamento continua sendo exclusiva do Senado.

Caberão ao Saúde Caixa as atividades meramente operacionais, como emissão de carteiras de identificação, faturamento e auditorias de contas, ações em que tem reconhecida experiência. A medida faz parte do processo de racionalização administrativa do Senado.

O aumento da oferta dos serviços de saúde e a ampliação da rede credenciada fora do Distrito Federal foram apontados pelo presidente do Senado, José Sarney, como os principais benefícios do acordo. O senador também destacou que não haverá prejuízo aos servidores da Casa com a migração do convênio existente com a Gama Saúde para o Saúde Caixa.

 Esse acordo é um passo importante. Ele assegura a melhoria dos nossos atendimentos e vai universalizá-lo. Esse convênio é um grande avanço. Vai melhorar o atendimento sem nenhum custo para os funcionários e beneficiários — disse Sarney.

O presidente da Caixa, Jorge Hereda, afirmou que a parceria será benéfica também para a estatal, ao permitir a racionalização dos recursos do Saúde Caixa.

— Nosso plano de saúde recebe mais 15 mil vidas. Poderemos reduzir os custos para o nosso plano e para o do Senado — apontou.

A senadora licenciada Marta Suplicy (PT-SP), que ocupou a Vice-Presidência da Casa e ontem assumiu o Ministério da Cultura, foi a principal articuladora do convênio. Ela contou que, desde o ano passado, vinha mantendo reuniões com o comando do SIS e da Caixa para viabilizar a parceria.

De acordo com a senadora, os termos negociados garantem a manutenção do atual padrão de qualidade do SIS.



Sergio Rodrigues, vice-presidente de Gestão de Pessoas da Caixa, assina o acordo observado por Doris, Sarney e Hereda

Para Marta, com a assinatura do acordo, ela encerra a primeira fase do mandato no Senado com "chave de ouro".

 O que estamos fazendo hoje é economia. Uma grande economia do Senado que vai reverter em benefícios para os servidores. O SIS tinha alguns problemas, estava deficitário. Se não houvesse uma reestruturação, corria risco de falir.

A assinatura do convênio contou também com a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, e a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra.

– Retrato da parceria

Confira alguns dos benefícios da parceria entre o SIS e o Saúde Caixa, conforme comunicado da Diretoria-Geral



▶ 0 Senado continua responsável pela **gerência estratégica** do SIS, como a gestão do Fundo de Reserva, cadastro, rede de credenciados, entre outros



Caberá ao Saúde Caixa as atividades meramente operacionais, como a emissão de carteiras de identificação, a realização do faturamento e de auditorias de contas, ações em que tem reconhecida experiência. Com isso, o SIS será beneficiado pela diminuição de custos



O modelo de parceria, com a assinatura de convênio proposto pelo Senado, reduz os custos financeiros, pois não envolve lucro, e sim o ressarcimento de despesas da Caixa com a operacionalização do SIS



Os usuários do SIS continuarão a contar com a mesma **rede** de credenciados de hoje e, ainda, poderão solicitar o atendimento médico dos credenciados do Saúde Caixa, o que vai resultar no aumento da oferta dos serviços de saúde



Para atender à antiga demanda de pensionistas, aposentados e servidores, a parceria oferece o aumento da rede de credenciados para atendimento

aos usuários que estão fora de Brasília



Os usuários do SIS não vão se deslocar até o Saúde Caixa para nenhuma solicitação de **autorização** de emissão de guias de atendimento. Esse serviço continuará a ser prestado pelo SIS nas instalações físicas atuais



Os hospitais de **notória especialização** continuarão credenciados pelo SIS até que sejam incorporados à rede de credenciados do Saúde Caixa



"Ninguém guer trabalhar oito horas sem ter prazer", diz Goldstyn para um auditório lotado, em palestra no Interlegis

Professor de Harvard destaca necessidade de motivar servidor

nizacional e ações para que organização. o servidor se sinta comprometido com o processo de trabalho foram o foco da palestra "Gestão de mudanças no setor público", realizada ontem, no Interlegis, pelo diretor internacional de Serviços de Aprendizagem da Harvard Business Publishing, professor Jean-François Goldstyn.

Questionado sobre como promover a motivação de servidores públicos que têm emprego garantido, o professor disse ser necessário entender o que move o servidor, dando a ele a oportunidade de aprender algo novo.

O importante, na opinião dele, é fazer com que o profissional se sinta útil para

Ninguém quer ir trabalhar oito horas sem ter prazer de trabalhar. Às vezes, é preciso dar mais responsabilidade para o trabalhador ou promover rodízios para que ele sempre esteja inovando. Temos que ser criativos afirmou.

Para Goldstyn, não existe um modelo a ser seguido, mas ele avalia que o bom gestor deve analisar seu público, saber o perfil do trabalhador e "liderar conforme a música".

Na opinião do professor, o líder deve deixar um legado, sempre buscar conhecimento, reconhecer os pontos fortes e fracos e aprimorar as habilidades.

 Ele tem que saber o que está fazendo, avaliar o

Mudança da gestão orga- o processo produtivo da seu trabalho, observar se está atingindo o resultado esperado — disse.

Lado humano

Presente à palestra, a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, afirmou ser preciso superar os obstáculos internos para que haja uma reformulação e implementação de melhores práticas de gestão.

Precisamos buscar conhecimento e expertise sobre o lado humano da mudança organizacional — afirmou a diretora-geral.

Segundo ela, o Senado tem promovido mudanças com a criação do Comitê de Governança e a Política de Informação. Doris informou que a Política de Segurança da Casa deve ser implantada até o fim do ano.



A agenda completa, incluindo o número de 🔳 🛱 🔳 cada proposição, está disponível na internet, no endereço: http://bit.ly/agendaSenado



PLENÁRIO: Discursos

9h A sessão plenária é não deliberativa, destinada a discursos de parlamentares.

CPI: Debate sobre a Lei Maria da Penha

14h A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga violência contra a mulher faz audiência pública para debater a aplicação da Lei Maria da Penha. A audiência terá participação de gestores públicos, parlamentares e representantes de movimentos sociais que atuam na área de proteção à mulher.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: http://bit.ly/plenarioOnline



Confira a íntegra das 🔳 🎇 🔳 sessões nas **comissões**: http://bit.ly/comissoesOnline



-TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Alô Senado 0800 61-2211 www.senado.gov.br/jornal

Rollemberg defende fim do desmatamento no Cerrado e aumento da produtividade

A Constituição precisa abrigar o Cerrado, a Caatinga e os Pampas como patrimônios nacionais, ao lado da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, da Serra do Mar, do Pantanal e da Zona Costeira, defendeu Rodrigo Rollemberg.

Em audiência sobre a preservação do Cerrado, com a presença de representantes de diversas etnias indígenas que vivem na região do bioma, o senador pediu que a exploração do Cerrado venha a ser regulamentada em lei, pelo Congresso, como já ocorre com a Mata Atlântica. Durante a elaboração da lei, prosseguiu, devem ser ouvidos os representantes dos povos do Cerrado.

— Preservar o Cerrado é uma questão de bom senso e de compromisso com as futuras gerações, pela importância que tem esse bioma, representante de cerca de 5% da biodiversidade do planeta, que precisa ser explorada de forma sustentável, pelas suas águas e por sua diversidade cultural — afirmou.

Rollemberg disse que mais da metade do Cerrado já foi desmatada. Por isso, advertiu, os investimentos para a produção de alimentos e de energia devem ocorrer em áreas já modificadas pela presença humana.

O presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Pedro Arraes, lembrou que o Cerrado tem ajudado o Brasil e o mundo com a produção de alimentos. Ele admitiu que, nos últimos 50 anos, a exploração deixou "algumas feridas" no bioma, mas disse estar certo de que o Cerrado poderá ser um "celeiro do mundo".

— Não podemos fugir dessa responsabilidade, mas temos que fazer com que a exploração seja em harmonia com a natureza. Com ciência, tecnologia e o conhecimento dos povos que habitam o Cerrado, temos certeza de que isso é possível.



Povos do Cerrado querem política de proteção da região

Em audiência, debatedores lembraram que no Cerrado nasce boa parte dos grandes rios do país e que há a ameaça dos incêndios

REPRESENTANTES DE POVOS do Cerrado defenderam, em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a aprovação do projeto de lei que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado (PLS 214/12).

De autoria do presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), a proposta, aprovada anteontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), estabelece a delimitação do Cerrado, trata dos princípios a serem observados na proteção e no uso dos recursos ambientais e disciplina, entre outros pontos, o corte da vegetação e a coleta de subprodutos de espécies nativas.

De acordo com Donizete Tokarski, presidente da Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação (Ecodata), a aprovação de uma lei específica para o Cerrado é fundamental para garantir a preservação da biodiversidade do bioma e a proteção das nascentes de rios.

— Se não conseguirmos sensibilizar as autoridades e a sociedade para a biodiversidade do Cerrado, teremos que mostrar a biodiversidade a partir de outros olhos, que são os olhos

Debatedor

regularização da

agricultores do

terra dos pequenos

defende

Cerrado

d'água, as nascentes do Brasil. Aqui estão as nascentes do Brasil — disse.

Tokarski alertou para a necessidade de implementação de um projeto de regularização fundiária, para que os pequenos produtores familiares não sejam banidos das terras

por grandes empreendimentos do agronegócio que estão se instalando na região.

Pesquisas científicas

Ele reivindicou que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) faça mais pesquisas voltadas para o desenvolvimento de alternativas de produção agroextrativista para a agricultura familiar, bem como a implementação de um plano

eficiente de combate a incêndios no Cerrado.

No mesmo sentido, o coordenadorgeral da Rede Cerrado, Braulino Caetano dos Santos, defendeu a aprovação

> de uma lei específica para o Cerrado. Na opinião dele, um tratamento diferenciado para uso dos recursos ambientais do bioma é de importância fundamental para a preservação do Cerrado.

> Francisco José Barbosa, do Departamento de

Políticas para o Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, teceu comentários sobre os resultados abaixo da meta alcançados pelo Plano de Controle e Prevenção ao Desmatamento do Cerrado.

Segundo ele, em razão de o plano de combate ao desmatamento ter atingido apenas 40% dos objetivos traçados pelo governo federal, já está sendo feita a revisão para corrigirem as falhas.

Eunício Oliveira cobra ação do governo contra a seca no Ceará



Eunício Oliveira (PMDB-CE) fez um alerta para a insatisfação da agropecuária cearense, que precisa de 35 mil toneladas de milho por mês, "mas na atual

seca, a pior das últimas três décadas, não consegue sequer 2 mil toneladas, apesar de o governo federal ter se comprometido a distribuir mais de 31 mil toneladas até o fim de setembro".

— Segundo previsões meteorológicas, o pior ainda está por vir, o que pode pôr quase todos os municípios do Ceará em estado de calamidade pública — disse Eunício, que reclamou "da burocracia e da falta de providências do governo federal".

O senador elogiou o atual governo cearense e lembrou que o produto interno bruto (PIB) do estado cresceu 2,9% nos seis primeiros meses de 2012, comparando-se com período equivalente do ano passado.

Tomás pede que ICMS de energia fique no estado gerador

Ao comentar a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, em Rondônia, Tomás Correia (PMDB-RO) defendeu ontem, em Plenário, a transferência da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do estado consumidor para o estado produtor de energia.

— É fundamental que o ICMS seja cobrado no estado que gera energia, pois aí fica toda a tragédia social decorrente da obra — disse, destacando os problemas de saúde enfrentados pela população.

Ele cobrou uma zona de proces-



samento de exportação (ZPE) para Rondônia e a reinserção dos trabalhadores das hidrelétricas no mercado de trabalho.

Corte nas tarifas de luz recebe aplauso de Ciro Nogueira



Ciro Nogueira (PP-PI) elogiou a presidente Dilma Rousseff pela decisão de reduzir o custo das contas de energia, uma "histórica iniciativa".

Ao abordar o assunto em Plenário ontem, ele disse que a medida trará grandes benefícios, pois os custos atuais representam um peso excessivo.

A partir de janeiro, os consumidores brasileiros vão pagar, em média, 20,2% menos pela energia. Tanto o setor produtivo quanto as famílias devem ser beneficiados.

— A implantação de uma nova política energética para o Brasil sinaliza um novo tempo. Vemos que a iniciativa aumentará a competitividade das indústrias, estimulará o comércio, vai gerar mais empregos e consolidar, definitivamente, o nosso país e um novo modelo de desenvolvimento — afirmou.

Consumidor não deve pagar expansão do setor elétrico, diz Pinheiro

Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou ontem que as medidas de estímulo à economia anunciadas pela presidente Dilma Rousseff, entre elas a redução das tarifas de energia, devem aliviar os consumidores de encargos para a expansão do setor elétrico.

Para o senador, o mais correto é fazer investimentos sem extrair recursos do consumidor. Ele observou que a questão está associada ao debate sobre a renovação das concessões do setor elétrico, já que boa parte dos contratos está perto de vencer. Pinheiro acredita que já será possível experimentar o modelo de financiamento a partir de 2015, "na primeira leva" de renovações.

De acordo com o senador, o debate da medida provisória relativa à desoneração das contas de energia, que se iniciará no próximo esforço concentrado, seria um bom momento para o início das discussões.

Alô Senado 0800 61-2211 www.senado.gov.br/jornal



Marta Suplicy (E), José Sarney, Dilma Rousseff, Michel Temer e Gleisi Hoffmann durante a solenidade de posse da nova ministra da Cultura

Como ministra, Marta Suplicy pede empenho pelo vale-cultura

No discurso de posse, senadora licenciada destaca que o Ministério da Cultura foi criado durante o governo de José Sarney em 1985, fruto da "visão de estadista"

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, participou ontem, no Palácio do Planalto, da cerimônia de posse de Marta Suplicy no cargo de ministra da Cultura. A senadora licenciada substitui Ana de Hollanda.

Em seu primeiro discurso como ministra, Marta lembrou que a pasta foi criada durante o governo Sarney em 1985, feito que classificou como uma grande "visão de estadista" do então presidente. Ela destacou, ainda, as políticas culturais iniciadas no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que tiveram continuidade durante a gestão Dilma Rousseff.

A nova ministra agradeceu, aos senadores presentes à solenidade, a aprovação, quarta-feira, da proposta de emenda à Constituição (PEC 34/12) que cria o Sistema Nacional de Cultura (SNC), mecanismo de gestão e promoção de políticas públicas na área cultural, pactuadas entre União, estados, municípios e sociedade civil. A aprovação da PEC foi apontada pela presidente Dilma Rousseff como importante medida para dar prosseguimento às políticas públicas e aos projetos do governo para o setor.

Marta pediu o mesmo empenho dos deputados para que seja aprovado o projeto que cria o vale-cultura (PL 5798/09, na Câmara dos Deputados).

— O vale-cultura, acredito, fará uma revolução na vida do povo brasileiro, assim como vai incentivar a produção cultural — assinalou Marta, que também ressaltou a diversidade cultural do país.

Dilma ressaltou o legado deixado pela ex-ministra Ana de Hollanda: o valor previsto para a Cultura na proposta orçamentária de 2013, enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional, que é de quase R\$ 3 bilhões. A esse valor, disse Dilma, somam-se R\$ 2,2 bilhões que podem ser mobilizados pelas leis de incentivo. De acordo com a presidente, o montante é 65% maior do que na proposta encaminhada para 2012.

— Esse é um legado importante que a ministra Ana de Hollanda deixa para a ministra Marta Suplicy. Certamente todos os militantes e gestores das áreas culturais querem mais.

A presidente da República reiterou que uma das prioridades de seu governo é democratizar o acesso da população à cultura.

A gente não quer só comida. A gente quer comida, diversão e arte
disse Dilma, citando o grupo Titãs.

Ministra elogia Sarney, que prevê uma revolução na cultura

A senadora licenciada Marta Suplicy homenageou o presidente do Senado, José Sarney, e agradeceu o apoio recebido durante sua atividade parlamentar. A afirmação foi feita na cerimônia de assinatura de convênio na área de saúde entre a Casa e a Caixa Econômica Federal (leia pág. 2).

— Não tenho palavras para agradecer. Primeiro, pela acolhida, pelo compartilhamento do seu saber, de sua cultura, de sua experiência. Por último, pela amizade. Aqui fiz um amigo e me deparei com um grande estadista — disse Marta Suplicy, listando iniciativas de Sarney à frente do Senado e na Presidência da República, como a criação do Ministério da Cultura, a sanção da Lei Rouanet e as reformas dos códigos em tramitação no Congresso.

Por sua vez, José Sarney, afirmou que Marta tem potencial para fazer uma "revolução na cultura brasileira". Ele desejou sorte à senadora licenciada no comando do Ministério da Cultura e disse que há grande expectativa em torno de sua gestão.

Anibal Diniz agradece pela eleição como 1º vice do Senado

Eleito na quarta-feira para o cargo de 1º vice-presidente do Senado, Anibal Diniz (PT-AC) agradeceu ontem à bancada do partido pela indicação e ao conjunto de senadores pelos votos que confirmaram seu nome na Mesa da Casa.

O parlamentar ainda fez um agradecimento especial ao presidente do Senado, José Sarney.

— Para mim, foi motivo de grande honra ser empossado como 1º vice-presidente desta Casa pelas mãos dele — afirmou.

Anibal se colocou como um "aprendiz", que busca novos conhecimentos na relação diária com os colegas, e reiterou o compromisso de trabalhar pela construção do diálogo e de servir ao país. Ele assume a Vice-Presidência do Senado em vaga deixada por Marta Suplicy, que foi nomeada para o Ministério da Cultura. Anibal saudou a posse de Marta como ministra e externou solidariedade e apoio à colega de partido.

Paralimpíada

O senador também elogiou o desempenho dos atletas brasileiros na Paralimpíada de Londres e lembrou que todos os medalhistas do Brasil são beneficiários do Programa Bolsa Atleta.

— De 182 atletas da delegação nacional, 156, ou seja, 85%, são bolsistas — disse, ao cumprimentar o governo brasileiro, em especial a presidente Dilma Rousseff e o ministro do Esporte, Aldo Rebelo.



Anibal se compromete a servir ao país e a trabalhar "pela construção do diálogo"

Segundo Davim, inclusão da vacina anti-HPV no SUS reforça medicina preventiva

Paulo Davim (PV-RN) comemorou a aprovação de dois projetos pela Comissão de Assuntos Sociais: um que institui a imunização de meninas entre 9 e 13 anos contra o vírus HPV (PLS 238/11) e o que regulamenta a profissão de cuidador de idoso (PLS 284/11).

— Esta Casa deu uma forte contribuição à medicina preventiva ao aprovar o projeto que institui a vacinação do HPV na rede SUS — afirmou, informando que até 10% das mulheres que travam contato com o vírus desenvolvem cân-

cer de colo de útero.

Ele avaliou como importante a regulamentação da profissão de cuidador de idoso neste momento de envelhecimento da população.

Benedito pede redução do custo de equipamentos destinados a deficientes

Benedito de Lira (PP-AL) fez um apelo à presidente da República, Dilma Rousseff, para que determine aos órgãos competentes medidas para facilitar a vida dos brasileiros que têm algum tipo de deficiência.

Ele chamou a atenção para o alto custo de produção de cadeiras de roda, próteses e órteses, entre outros equipamentos de alta tecnologia que facilitam a execução das tarefas do cotidiano.

Não há redução de impostos



para a compra de matéria-prima ou desoneração da folha de pagamento para esse setor, que cumpre um importante papel social — afirmou.

Pessoas com deficiência ainda precisam lutar por seus direitos, afirma Paim

Referindo-se ao Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência (21 de setembro), Paulo Paim (PT-RS) disse que a coincidência com a entrada da primavera sugere o começo de tempos melhores. Ele afirmou que essa era a ideia do militante Cândido Pinto, que se referia ao 21 de setembro como um tempo de desabrochar das flores, em que as pessoas com deficiência deveriam invadir as ruas com cadeiras de rodas, muletas e bengalas, reivindicando direitos e mostrando quão inacessíveis

são as cidades.



— A luta do movimento das pessoas com deficiência deve ser contínua. Ainda há uma caminhada importante a ser percorrida.

Lídice aponta distorções entre o anteprojeto do Código Penal e outras leis já em vigor

Integrante da Comissão Especial de Reforma do Código Penal, Lídice da Mata (PSB-BA) anunciou disposição de corrigir "distorções já evidentes entre o anteprojeto, a Lei Maria da Penha e o Estatuto da Criança e do Adolescente".

Sobre o Código Penal hoje em vigor, de 1940, a senadora disse que ele tem uma concepção liberal individualista, conflitando com o respeito aos direitos sociais, à vida e à dignidade humana.

- O resultado tem sido leis dispersas e setorizadas, produzidas para atender



demandas urgentes e pontuais da sociedade, mas prejudicando a coerência da sistematização dos tipos penais e a proporcionalidade das penas.

Alô Senado 0800 61-2211

Ministério da Saúde prevê mais mortes de motociclistas

Das 43 mil mortes no trânsito em 2010, 11 mil foram de motociclistas. O número deve aumentar, já que a frota de motocicletas vem crescendo, informou Marta Maria Alves da Silva, a representante do Ministério da Saúde no seminário de ontem no Senado.

 É uma questão epidêmica, sim, e a tendência é de aumento no número de óbitos — afirmou ela, que coordena a área técnica de Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes.

Uma consequência desse fenômeno é a elevação dos custos públicos com o tratamento dos acidentados. O gasto total do Sistema Único de Saúde (SUS) com essas internações foi de R\$ 200,3 milhões, sendo 48% relacionados às motos.

Representante da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, Dirceu Rodrigues Alves Junior afirmou que, "por incrível que pareça", os acidentes com motos vêm afetando mais as pessoas que usam o veículo para ir ao trabalho do que as pessoas que o utilizam profissionalmente, como os motoboys.

Ele disse que é preciso aperfeiçoar os cursos de formação de condutores, com o aumento do tempo de treinamento e a utilização de simuladores nas autoescolas.

O mesmo apelo foi feito por outros participantes da audiência, como o presidente da Associação Brasileira de Motociclistas, Lucas Pimentel:

— Infelizmente, o processo de habilitação que existe hoje não dá ao motociclista a vivência de que ele precisa.



Marta Maria, do Ministério da Saúde: acidente com moto é "questão epidêmica"

Redução de acidentes com moto exige fiscalização e educação

Em audiência pública, especialistas disseram que crescimento da frota de motocicletas requer mais atenção do poder público

NÃO SE PODE esperar por uma única solução para o crescimento dos acidentes com motociclistas no Brasil. Para reverter o quadro, o país precisará adotar medidas em diferentes áreas — incluindo a educação dos condutores, a sensibilização dos que contratam motociclistas, a regularização de serviços com motos, a melhoria das vias, o processo de habilitação e a fiscalização.

Essa é a conclusão do seminário realizado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre políticas para o trânsito seguro de motos. No debate, especialistas chamaram a atenção para o crescente uso de motocicletas em

todo o país, como meio de transporte e como instrumento de trabalho de motoboys e mototaxistas.

No entanto, essa popularização foi acompanhada de explosão no número de acidentes, resultando, na maioria dos casos, em morte ou invalidez.

— A taxa de mortalidade de quem dirige uma moto aumentou quase nove vezes nos últimos 15 anos — afirmou Ana Amélia (PP-RS), que presidiu o seminário.

Dados apresentados por João Pedro Corrêa, do Programa Volvo de Segurança no Trânsito, ilustram a "epidemia" de acidentes: enquanto a venda de motos aumentou 559% entre

1996 e 2010, as mortes em acidentes com motociclistas cresceram 1.358%.

A gravidade da situação foi confirmada pelas estatísticas apresentadas por Ricardo Xavier, presidente da Seguradora Líder e dos consórcios do seguro Dpvat. De janeiro a agosto de 2012, assinalou ele, as indenizações por morte ou invalidez envolvendo acidentes de moto representaram 60% do total.

 Tradicionalmente, as maiores vítimas de acidentes de trânsito eram os pedestres. Com o crescimento da frota de motocicletas, isso mudou. Hoje, o motociclista é a maior vítima
 informou Xavier.



Senador Jorge Viana fala no seminário sobre acidentes, ao lado da senadora Ana Amélia e de Lucas Pimentel, da Associação Brasileira de Motociclistas

Para fabricantes de motos, pôr a culpa nos motociclistas só aumenta a hostilidade nas ruas

Na opinião de José Gonçalves, da Associação Brasileira de Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), estigmatizar os condutores de motos é uma "simplificação grosseira" e só aumenta a hostilidade contra eles no trânsito.

Para ele, a redução de acidentes com motos requer a adoção de um conjunto de soluções, como a educação para o trânsito, da pré-escola à universidade.

João Pedro Corrêa, do Programa Volvo de Segurança no Trânsito, afirmou:

— É preciso haver menor ganância por parte das empresas que contratam motofretistas e mais sensibilidade da sociedade, que não quer comer a *pizza* fria ou que não quer a encomenda entregue fora do prazo prometido.

Prefeituras ignoram motocicletas ao planejar ruas e avenidas, dizem especialistas

Especialistas sugeriram também a revisão do planejamento viário das cidades, para incluir especificidades das motos. Sugeriram ainda melhor manutenção de vias públicas e eliminação de estruturas que representem riscos aos condutores.

José Gonçalves, da Abraciclo, propôs mudança no modelo dos *guard rails* (barreiras de segurança) utilizados no país — hoje responsáveis por 15% das mortes em acidentes com motos.

Outra mudança precisa ocorrer no processo de habilitação de motociclistas. Segundo Gonçalves, é preciso reforçar treinamentos de pilotagem defensiva e tornar mais efetivas as reciclagens de condutores que cometeram infrações.

Poucas prefeituras já regularizaram trabalho de motoboys e mototaxistas

A necessidade de regularizar o trabalho de motoboys e mototaxistas foi destacada no seminário. Uma lei de 2009 regulamentou essas profissões, e cabe aos municípios especificar as normas de atuação desses profissionais e fiscalizar o trabalho deles.

 Alguns municípios fecham os olhos
 disse Maria Cristina Hoffman, representante do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

Dados apresentados por Sérgio Luiz Perotto, da Confederação Nacional dos Municípios, confirmam que essas profissões não estão regularizadas na maioria dos municípios. Ele cobrou a implementação do Plano Nacional de Segurança no Trânsito, elaborado em 2011 e não executado pelo governo.

Motoboys e mototaxistas não têm "espaço, voz nem vez", afirma Ana Amélia

Ana Amélia cobrou das autoridades de trânsito maior atenção para os acidentes envolvendo motos. O número de mortes aumentou 21% nos últimos anos — de 8.898 em 2008 para 10.825 em 2010.

— Apelo para um cuidado especial com esses profissionais, os motoboys e os mototaxistas, para que eles tenham espaço, voz e vez, porque eles não estão sendo ouvidos pelas autoridades de trânsito.

Ela afirmou que, de cada dez leitos de

UTI, quatro são ocupados por pessoas acidentadas em motocicletas. Isso, segundo a senadora, representa elevados gastos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para a Previdência Social.

De acordo com a parlamentar, a moto se transformou em instrumento de trabalho, com milhares trabalhando em serviços de tele-entrega. Embora existam empresas atuando com responsabilidade social, salientou Ana Amélia, muitas ainda desrespeitam as regras trabalhistas.

Viana defende projeto que cria em vias movimentadas faixa exclusiva para moto

Jorge Viana (PT-AC) disse que espera ver aprovado logo projeto de lei de sua autoria que torna obrigatória a criação de faixas exclusivas para motos em vias de grande fluxo de veículos.

Há 20 anos, afirmou Viana, o número de mortes no trânsito era de 28 mil pessoas. Esse número atualmente está em 41 mil.

De acordo com o senador, as maiores vítimas há dez anos eram os pedestres. Hoje, um terço desses 41 mil mortos são motoqueiros — pessoas que sobrevivem tentando fazer entregas e prestar serviços.

Referindo-se às mudanças sociais e econômicas vividas pelo país, ele defendeu uma transição com menos mortes.

— O Brasil tem encontrado com mudanças nos indicadores econômicos, tem visto uma ascensão social de famílias em situação de absoluta pobreza. Isso é fruto de políticas públicas, como as implementadas nos governos Lula e Dilma. Mas temos que fazer um encontro do nosso país com esse crescimento.

Alô Senado 0800 61-2211



Paim (C) coordena debate com Carlos Afonso Nobre, Rodrigo Claudino, Marco Antonio Raupp e Uirá Cavalcante Oliveira

Instituto de pesquisas sobre o mar gera divergências

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, especialistas concordam com a criação de novo órgão federal, mas defendem que haja mais discussão sobre o modelo de organização a ser adotado

O FORMATO A ser adotado pelo governo na criação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceanográficas (Inpo) precisa ser mais debatido, segundo especialistas que participaram de audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Eles concordam com a criação do instituto, mas disseram não haver consenso sobre o melhor modelo de organização.

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, ressaltou a importância da participação de órgãos governamentais e das universidades para incentivar a pesquisa. Na avaliação dele, a estrutura tem de contar com o esforço conjunto para sustentar as pesquisas sobre a costa marítima brasileira.

Segundo o ministro, o grande desafio é instituir política de desenvolvimento que contemple o crescimento econômico e a conservação ambiental com inclusão social.

Ouando sugeriu a criação de um instituto federal para coordenar as pesquisas marítimas e as políticas a serem aplicadas ao setor, Pedro Simon (PMDB-RS) recomendou que o instituto oceanográfico da Fundação Universidade do Rio Grande (Furg), no Rio Grande do Sul, sediasse o novo órgão. O senador ressaltou que a Furg é reconhecida pela excelência das pesquisas oceanográficas e fica no centro do Mercosul, próximo a Porto Alegre, Montevidéu (Uruguai), Buenos Aires (Argentina) e Santiago (Chile).

Em todo o país

Já o representante do Ministério da Educação, Antônio Simões Silva, defendeu que o Inpo seja instituído nos moldes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em que há centros de pesquisa em todo o país. Para ele, a vinculação a uma universidade federal pode comprometer o aporte de recursos, bem como prejudicar as pesquisas pela centralização física dos estudos. Ele acrescentou que essa proposta não diminui a importância

que as universidades terão na formação do quadro de pesquisadores.

Para o professor Alexander Turra, do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP), a vinculação do Inpo a uma universidade pode dificultar a ampliação da pesquisa oceanográfica no país. Na opinião dele, a estrutura a ser criada deve ter "mais fôlego" do que as universidades federais poderiam proporcionar.

O secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Carlos Afonso Nobre, disse que o modelo de organização será mais discutido, mas garantiu que o instituto, chamado por ele de "Embrapa do mar", não vai competir com as universidades. O Inpo, ressaltou, será um instrumento de avanço da pesquisa no país e aproveitará a experiência das universidades, como a Furg.

A audiência pública foi proposta por Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH.

Simon quer investigação sobre integrantes da CPI

Revoltado com a interrupção dos trabalhos da CPI do Cachoeira até as eleições municipais de outubro, Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que está apresentando requerimento ao Conselho de Ética para investigar o comportamento dos parlamentares que integram a CPI.

 Parece-nos que o comportamento da maioria tem sido o de evitar que o inquérito avance além do que a Polícia Federal já desvendou- afirmou o senador.

Requerimento semelhante, disse, será endereçado ao corregedor-geral do Senado.

Segundo Simon, no momento em que o Supremo Tribunal Federal inicia um novo Brasil com o julgamento



Simon demonstra indignação com os rumos da CPI do Cachoeira

do mensalão, o Senado vive um dos períodos mais tristes de sua história, com a CPI cassando a palavra de parlamentares nos questionamentos a acusados e testemunhas. Na opinião do senador, isso visa proteger depoimentos de pessoas comprometidas com Cachoeira, a começar por Fernando Cavendish, dono da empreiteira Delta.

Flexa pede compensação das perdas com Lei Kandir

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) chamou a atenção para a necessidade de o governo garantir recursos no Orçamento 2013 para compensar os estados exportadores pelas perdas decorrentes da aplicação da Lei Kandir, que desde 1996 dispensa do ICMS operações que destinem mercadorias para o exterior e serviços prestados a quem está no exterior. Com isso, estados e municípios perderam parcela da arrecadação, e a União ficou com a obrigação de ressarcir essas perdas.

 A peça orçamentária que foi encaminhada para o Congresso, novamente, não traz nenhum real sequer para a rubrica da Lei Kandir de compensação dos estados exportadores — disse.



Falta vontade para regulamentar o ressarcimento, acusa senador

Flexa lamentou a falta de vontade para regulamentar a lei sobre formas de compensação e ressaltou que o ressarcimento pela União passou de 70% das perdas, no governo Fernando Henrique, para menos de 15% hoje.

Segundo o senador, o Pará é um dos estados que mais sofre com a Lei Kandir, já que 40% da economia vem da mineração e da exportação.



Senador celebra pacote que reduz impostos na folha de pagamento

Casildo defende desoneração e desburocratização

SC) cobrou do governo dois esforços para a retomada do crescimento econômico com competitividade: desoneração tributária e desburocratização.

 O excesso de burocracia prejudica a competitividade

Casildo Maldaner (PMDB- de 92% das indústrias, eleva tributária, pacote fiscal que os custos, desvia recursos das atividades produtivas e atrapalha os investimentos. As informações são da Confederação Nacional da Indústria — disse.

> O senador comemorou, no campo da desoneração

está sendo lançado pelo governo para reduzir impostos sobre a folha de pagamento de alguns setores. A meta é combater o desaquecimento da economia e manter o nível de emprego, conforme explicou.

Casildo desejou sucesso a Eduardo Suplicy (PT-SP) no 14º Congresso da Rede Mundial da Renda Básica, que acontece de hoje a domingo, em Munique, na Alemanha. Em aparte, Suplicy falou sobre o congresso.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarnev

1ª vice-presidente: Anibal Diniz 2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Noqueira Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves

e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra Secretaria Especial de COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333 Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

> Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

CPI da Mulher investiga denúncia de estupro coletivo

Integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Mista da Violência contra a Mulher estiveram ontem em Queimadas (PB) para colher informações sobre estupro coletivo ocorrido no dia 12 de fevereiro. O crime vitimou cinco mulheres e resultou na morte de duas delas.

Eles também analisaram o suporte de atendimento do Centro de Referência de Assistência Social e da Unidade de Saúde da Família, além das condições do município para assistir mulheres em situação de violência.

Hoje, às 14h, será realizada audiência pública na Assembleia Legislativa do estado, em João Pessoa. Foram convidados os secretários de Segurança e da Defesa Social e de Saúde da Paraíba, Cláudio Coelho Lima e Waldson Dias de Souza; a secretária da Mulher e da Diversidade Humana, Iraê Heusi Nóbrega;

o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Abraham Lincon Ramos; o procurador-geral de Justiça do estado, Oswaldo Trigueiro; e o defensor público-geral do estado, Vanildo Oliveira Brito.

Em julho, a CPI prorrogou os trabalhos por 180 dias, em razão das denúncias de violência que multiplicam no país. Além de dar continuidade ao plano de trabalho, a comissão está recebendo e sistematizando informações que chegam de todos os estados.

Desde fevereiro, quando foi instalada, a CPI visitou Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Alagoas, Paraná, São Paulo e Bahia.

Formado por 11 senadores, 11 deputados e igual número de suplentes, a comissão é presidida pela deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) e tem como relatora a senadora Ana Rita (PT-ES).



Mulheres de Queimadas (PB) pedem justiça: cinco vítimas, duas mortes

Eduardo Braga condena agressões contra Vanessa

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), prestou solidariedade ontem, em Plenário, à Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), candidata à Prefeitura de Manaus. Na terça-feira, quando chegava a uma emissora local para participar de debate com os demais candidatos, a senadora sofreu agressões de uma pessoa ainda não identificada.

Segundo Braga, o fato ganhou nova dimensão após o candidato a vice-prefeito na chapa de Arthur Virgílio (PSDB), Hissa Abrahão, ter publicado na internet fotografias afirmando que as agressões foram uma "farsa".

— É uma farsa porque não foi nele. É uma farsa porque não foi na mãe dele. É uma farsa porque não foi na esposa dele. É uma farsa porque é muito mais fácil estabelecer a dúvida na cabeça do cidadão brasileiro do que ter a coragem de vir pedir desculpas.

Ao repudiar o episódio, o senador ressaltou que o povo

amazonense é pacífico. O pronunciamento foi apoiado por Gim Argello (PTB-DF), Tomás Correia (PMDB-RO) e Anibal Diniz (PT-AC).

Energia

Braga também saudou as medidas de estímulo à economia anunciadas pela presidente Dilma Rousseff, entre elas a redução das tarifas de energia elétrica.

O parlamentar disse que a menor taxação sobre as tarifas beneficia a indústria, que terá uma redução em muitos casos superior a 25%, mas também o cidadão comum, "aquele que ganha salário mínimo".



Braga defende Vanessa e recebe apoio de vários outros senadores

Ao analisar ataque à embaixada dos Estados Unidos na Líbia, que resultou na morte do embaixador e de mais três funcionários, o presidente da CRE disse que derrubada do ditador Kadafi criou vácuo de poder

Collor: moderação dos EUA pode evitar mais violência

O PRESIDENTE DA Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Fernando Collor (PTB-AL), fez ontem um apelo por moderação aos Estados Unidos diante do assassinato do embaixador norte-americano na Líbia, Christopher Stevens, ocorrido na terça-feira.

— Somente uma atitude moderada dos Estados Unidos poderá evitar consequências mais graves e a continuidade da violência — ponderou o senador, em reunião da CRE.

A morte de Stevens e de outros três funcionários norte-americanos no ataque à embaixada motivou a aprovação, no colegiado, de um voto de pesar e solidariedade aos Estados Unidos, apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP), com apoio de Casildo Maldaner (PMDB-SC), e logo referendado pelo Plenário.

Para Collor, o atentado não deve ser visto apenas como reação de grupos radicais islâmicos contra a exibição de um vídeo considerado ofensivo



Hillary Clinton e o presidente Obama anunciam mais segurança nas embaixadas

ao profeta Maomé e ao Islã. Segundo ele, há uma crescente revolta do mundo islâmico contra atitudes de países ocidentais, que, na visão daqueles povos, estariam indo além do combate ao terrorismo.

— Intervenções de potências da Otan no Iraque, no Afeganistão e nos países da Primavera Árabe recrudesceram sentimentos antiocidentais de origens históricas profundas e reavivados de tempos em tempos — afirmou.

Collor lembrou que a derrubada do ditador Muamar Kadafi na Líbia resultou num vácuo de poder e deixou o país dividido em territórios controlados por grupos de milicianos, sem possibilidade de manutenção da ordem.

Na reunião, Collor também ressaltou o problema criado com a decisão do Senado paraguaio de rejeitar a Venezuela no Mercosul. Segundo ele, a entrada da Venezuela — decidida por Brasil, Argentina e Uruguai depois que o Paraguai foi suspenso do bloco por conta do *impeachment* de Fernando Lugo — "está se transformando num imbróglio de dificílima solução".

Comissão analisa indicados para embaixadas

A CRE iniciou ontem a análise de três indicações para cargos de embaixador. Pela manhã, foi realizada a leitura de pareceres, e o presidente da comissão, Fernando Collor, concedeu vista coletiva das matérias aos integrantes do colegiado.

A primeira indicação analisada foi a de Arnaldo Caiche D'Oliveira, 60 anos, para embaixador no Níger, na África. Ele já é o titular de Benin e deve assumir a nova tarefa cumulativamente. Paulista de Ribeirão Preto e formado em Geografia e Propaganda e Marketing, Arnaldo já serviu em outros países da África, da Europa e da América do Sul.

Ana Maria Sampaio Fernandes, 63 anos, é a indicada para

a Namíbia, também na África. Carioca, formada em Letras, atuou na missão da ONU em Nova York nos anos 1980 e em representações em Santiago, Montevidéu, Londres, Washington e em Nairóbi.

O terceiro indicado é Affonso Emílio de Alencastro Massot, que deve assumir a embaixada no Líbano. Massot tem 68 anos e é graduado em Direito. Foi cônsul-geral em Lisboa e embaixador em Praga e Atenas.

As datas das sabatinas com os três diplomatas ainda não foram definidas pelo presidente da CRE.



Presidente da CRE, Collor ainda vai marcar as sabatinas com os diplomatas

Mozarildo pede política nacional na fronteira

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) informou ontem a apresentação de requerimento à CRE para que dê andamento à tramitação de anteprojeto de lei sobre uma política nacional para a região de fronteira.

A proposta foi elaborada pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, vinculada à CRE, e presidida pelo senador. O colegiado buscou subsídios para a elaboração do anteprojeto em cerca de 20 audiências públicas ao longo de dois anos.

 Até agora, só há ações temporárias, descontinuadas.
 Tem que haver uma política de Estado para a região.

Mozarildo também destacou a aprovação pelo Senado de projeto de lei da Câmara (PLC 11/12) que autoriza o Poder Executivo a instalar *free shops* em municípios caracterizados



Proposta foi elaborada a partir de 20 audiências públicas, diz senador

como cidades gêmeas nas fronteiras. Para ele, a medida beneficia os municípios.

www.senado.gov.br/jornal

Alô Senado 0800 61-2211

Entre os textos analisados no esforço concentrado, senadores aprovaram criação do Programa Brasil Carinhoso e do Sistema Nacional de Cultura e inclusão da vacina anti-HPV no SUS

Senado aprovou 100 projetos nesta semana

NO ESFORÇO CONCENTRA-DO desta semana, o Senado aprovou quase cem projetos no Plenário e nas comissões.

No Plenário, foram aprovados o projeto que institui o Programa Brasil Carinhoso (PLV 16/12), a PEC que cria o Sistema Nacional de Cultura (PEC 34/12), o projeto que autoriza o Executivo a instalar lojas francas (*free shops*) em cidades gêmeas nas regiões de fronteira (PLC 11/12) e a proposta que cria cargos no Tribunal Regional do Trabalho em Recife (PLC 52/12).

Nas comissões do Senado, foram aprovados mais de 30 projetos de lei e mais de 50 projetos de decreto legislativo, além de requerimentos, ofícios e mensagens.

Os senadores aprovaram o projeto de lei que prevê a vacinação no Sistema Único de Saúde (SUS) de meninas com idade de 9 a 13 anos contra o HPV, vírus causador do câncer de colo de útero. O PLS 238/11 foi votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo (sem necessidade de passar pelo Plenário).

Também em decisão terminativa, foi aprovado na CAS o PLS 43/12, que assegura a plástica reparadora dos seios pelo SUS no mesmo procedimento cirúrgico em que a paciente de

câncer for submetida à retirada das mamas.

Meio ambiente

O esforço concentrado também teve como destaque a preocupação com meio ambiente e sustentabilidade. Em três comissões da Casa, os senadores aprovaram projetos relacionados com o tema.

Na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), foi aprovado o PLS 79/12, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre o forro de PVC, como forma de incentivar o uso do material — barato, durável e reciclável — na construção civil.

O incentivo ao uso de material reciclado foi objeto da PEC 1/12, aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para eliminar quase todos os impostos incidentes sobre produtos feitos com material reciclado ou reaproveitado.

Na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), os senadores aprovaram o PLS 444/11, que individualiza a medição de consumo de água por unidade residencial em condomínios. O objetivo é inibir o desperdício.

A CDR aprovou ainda o PLS



Senadores em Plenário no esforço concentrado: projetos importantes aprovados, como o que inclui vacina anti-HPV no SUS

688/11, que concede perdão de dívidas de crédito rural contratadas por pequenos produtores na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

A medida abrange os empréstimos feitos até 31 de dezembro de 2001, no valor original de até R\$ 35 mil, sem contar juros e multas.

Transporte

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou matérias relacionadas a transporte. Foram votados o PLS 195/12, que torna obrigatório também nas motocicletas o uso de sistema antitravamento das rodas (ABS), e o PLS 704/11, que reduz a zero as alíquotas do PIS-Pasep e da

Esforço concentrado

Semana de esforço concentrado foi produtiva. Projetos importantes foram aprovados no Plenário e nas comissões do Senado

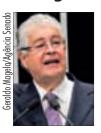
PEC 34/12	acrescenta o artigo 216-A à Constituição para instituir o Sistema Nacional de Cultura
PLV 16/12	institui o Programa Brasil Carinhoso
PLC 11/12	autoriza o Executivo a instalar lojas francas (free shops) em cidades gêmeas nas regiões de fronteira
PLC 52/12	cria cargos no Tribunal Regional do Trabalho em Recife

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para aquisição de veículos de carga.

O Senado recebeu nesta semana a mensagem da Presidência da República com a indicação do ministro Teori Zavascki para o Supremo Tribunal Federal (STF). O relator da mensagem, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), apresentou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) relatório favorável à indicação feita pela presidente Dilma Rousseff. Foi concedida vista coletiva aos demais integrantes.

De acordo com o presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), a sabatina de Zavascki poderá ocorrer no próximo esforço concentrado.

Requião: oposição critica virtudes do PT e elogia retrocessos



Roberto Requião (PMDB-PR) discordou das críticas da oposição ao governo federal, citando

artigo publicado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Segundo o senador, a oposição "desanca" o governo por suas virtudes, como as políticas sociais, e o elogia por iniciativas que representam "retrocesso", a exemplo das concessões na área de infraestrutura e energia.

 É por essas sinuosidades e descaminhos que a oposição ama o atual governo.

Uma das críticas da oposição diz respeito ao crescimento reduzido, de 0,4% do PIB no segundo trimestre, mas, como assinalou Requião, a era FHC foi marcada por baixo crescimento, com pouco mais de 2% nos oito anos do governo.

Em contraste, observou, nos oito anos do governo Lula, o país cresceu a uma média anual de 3,6%, índice que o senador considera sofrível.

Cidinho pede solução das deficiências dos portos brasileiros



C i d i n h o Santos (PR-MT) alertou para o estrangulamento do setor de logística no Brasil.

O senador criticou o esgotamento das malhas rodoviária e ferroviária e responsabilizou a paralisação dos portuários pelas dificuldades no escoamento da safra de grãos brasileira, que deve chegar a 170 milhões de toneladas em 2012.

Segundo ele, a falta de caminhões está impedindo o transporte da safra de 40 milhões de toneladas de grãos de Mato Grosso para outros estados. Problemas na armazenagem contribuem para agravar o quadro, acrescentou.

Em relação aos portos, Cidinho aguarda o lançamento, em setembro, de pacote federal de medidas inspirado em iniciativas da Europa.

— Lá, como se sabe, o setor portuário é operado pela iniciativa privada, muito embora seja o poder público quem organiza, gerencia e planeja.

Brasil Carinhoso ajudará nossos jovens, diz Ana Rita



Ana Rita (PT-ES) elogiou a aprovação, no Senado, do projeto que institui o Programa Bra-

sil Carinhoso.

O programa foi lançado pelo governo federal em maio, com o objetivo de reduzir em 40% a extrema pobreza na primeira infância (até os 6 anos de idade). Essa faixa da população abrange 2,7 milhões de crianças.

O programa vai oferecer renda mínima de R\$ 70 a cada membro de família pobre que tenha criança com até 6 anos. O valor será pago no cartão do Bolsa Família. O programa prevê o aumento do número de vagas em creches, o fornecimento de remédio contra asma e a distribuição de vitamina e suplemento de ferro.

— Da pobreza nascem o trabalho escravo, o alcoolismo e a depressão. Nossos jovens não podem passar por isso. O Brasil Carinhoso ajudará essa parcela da população.

Paim: Copa precisa deixar legado de mobilidade urbana

Paulo Paim (PT-RS) fez uma análise da mobilidade urbana no país, afirmando que a situação ainda está longe de ser satisfatória, especialmente levando-se em consideração a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

— Devemos aproveitar este momento não apenas para cumprir os encargos impostos pelas entidades patrocinadoras dos eventos, mas também para construir um legado permanente [para a população] — disse.

Paim comparou São Paulo, que tem 74 quilômetros de linhas de metrô, com Londres e Nova York, que têm mais de 400 quilômetros cada uma.

O senador lembrou que a presidente Dilma Rousseff lançou o PAC Mobilidade Grandes Cidades, para investir na melhoria do transporte coletivo.

Pinheiro defende parcerias entre União e prefeituras



Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu as parcerias entre os entes da Federação para que o ci-

dadão seja atendido com eficiência nos municípios.

O senador avalia que muitos municípios não têm condições de fazer, com a própria capacidade de investimento, obras importantes para a população. Ele citou Salvador, onde obras de mobilidade urbana custarão mais de R\$ 3 bilhões.

— Salvador levaria 30 anos para fazer um investimento de R\$3 bilhões no metrô — disse.

Outras obras citadas foram a da construção da nova orla, no valor de R\$ 800 milhões, que levaria oito anos para ser feita apenas com recursos do município, e a da via expressa, no valor de R\$ 400 milhões, que levaria quatro anos.

Para ele, com a proximidade das eleições municipais, é preciso intensificar o debate sobre a gestão e o financiamento dos municípios.

Alô Senado 0800 61-2211 www.senado.gov.br/jornal